



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002592-58.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Lindaure de Jesus dos Santos**
 Requerido: **Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Trata-se de ação em que a autora pede a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais, fundada em negativação indevida, vez que nada mais deveria à ré por conta do contrato de cartão de crédito, desde quando solicitou o cancelamento em 18.11.2016.

A ação é, porém, improcedente.

A prova de folhas 9, 15, 17, e 19 indica que a dívida negativada tem fundamento no contrato nº 29027001915693260000, que deu origem a três cartões de crédito, consoante relatório de folhas 82/93.

A autora, na inicial e em depoimento pessoal, reconhece que contratou cartão de crédito com a ré, apenas alega que, com o cancelamento feito em 11.2016, não haveria mais qualquer saldo devedor.

Sua narrativa, porém, é contrariada pelo contido nas faturas de folhas 56/81, indicando que por ocasião do cancelamento havia um saldo devedor, inclusive em razão da existência de compras parceladas junto à loja Magazine Luiza, além de resíduo de anuidade, seguro e outros débitos.

Não se confundem a rescisão do contrato com a quitação da dívida, e a autora não trouxe qualquer prova de adimplemento das faturas.

Também não se vê qualquer elemento probatório sinalizando para a existência de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

fraude, isto é, para a contratação feita por terceiro, valendo-se do nome da autora.

Veja-se que a existência do contrato é incontroversa, então o que se tem por controvertido é ter a autora solicitado, recebido e utilizado especificamente o "plástico" de final .6235.

De fato: a autora sugere, em réplica e no depoimento pessoal, que não teria solicitado o último "plástico", de final .6235, portanto as compras efetuadas através dele não foram reconhecidas.

Todavia, verificamos nos autos que as faturas desse cartão, emitido em 04.2015 (veja-se fls. 88), sempre foram remetidas para o endereço residencial da autora, situação que torna pouco verossímil a tese autoral, já que ela estava recebendo as faturas em sua residência desde aquela época.

Não fosse suficiente, a autora, em depoimento pessoal, afirmou que tem um aparelho celular da Claro, e nas faturas de folhas 56/81 há diversas recargas de celular dessa operadora.

Ademais, a autora sequer disse qual o número de cartão de crédito que reconhece, o que inviabiliza qualquer conferência ou apuração mais detida e fortalece a tese da parte contrária.

Por fim, segundo os elementos acostados aos autos pela ré, não há qualquer outro cartão de crédito, ainda válido em 2016, que a autora pudesse ter cancelado em 11.2016, se não precisamente esse, de final .6235, que ela de modo vago e genérico veio a impugnar.

Julgo, pois, improcedente a ação movida por Lindaura de Jesus dos Santos contra Luiz Cred S/A, Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

São Carlos, 22 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**